

V SEMINARIO BRASILEIRO DE TELEDUCAÇÃO

GARANHUNS, PERNAMBUCO

DEZEMBRO, 1973.

MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTOS
DE EDUCAÇÃO NO BRASIL.

MARIA GRAZIELA PEREGRINO (+)

(+) Diretora do CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DO
NORDESTE (DO INEF).

MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTOS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL.

Maria Graziela Peregrino

A noção de que estamos vivendo numa época de comunicação espacial tem levado alguns educadores a admitir que só podemos fazer comunicação válida e rentável, usando tecnologia requintada.

É um pressuposto errôneo, que conduz a posições de uma didática sofisticada, a qual não pode ser executada, em termos globais, pela grande maioria dos educadores brasileiros, de vez que faltam as condições técnicas compatíveis com uma tecnologia avançada para um programa nacional em vastas proporções.

É certo que devem coexistir e realmente coexistem em um processo educacional amplo, como o brasileiro, inovações tecnologicamente avançadas, ao lado de emprego de técnicas simples, usuais pela grande maioria de professores, levando-se em conta, nestas últimas, o seu baixo custo operacional.

É um fato do dia a dia, que os professores, da maioria das escolas, de todo o país precisam usar as técnicas simples de comunicação com os alunos, numa civilização cada vez mais "da imagem", como é a nossa. Mas esse fato não deve, por isso, desestimular as experiências de tecnologia avançada - uso de Rádio e TV em suas diversas formas - pois a confluência de métodos e de experiências significa, precisamente, que o processo educacional tem que ser aberto em sua maneira de ser e de se comunicar, num mundo cada vez mais ligado pelos múltiplos canais de comunicação.

O que é preciso ressaltar é que não se trata de defender monopólios de técnicas ou de tecnologias, porquanto sendo diferentes as condições físicas, financeiras e de recursos humanos não pode haver exclusivismo de tecnologias, sobretudo quando se considera que a evolução do uso dos meios de comunicação não se opera de modo uniforme em todas as regiões do mesmo país.

Daí a impropriedade da posição aceita, sem mais exame, por educadores inadvertidos, que julgam seu dever, de acordo com o progresso tecnológico, empregar tão somente aquelas técnicas avançadas que, devido ao seu alto custo operacional, como, por exemplo, a teleducação via satélite, não podem ser usadas, de imediato, em uma programação nacional que faça a cobertura geográfica e didática de todo o país.

Esse pressuposto de refinamento tecnológico, presente ao modo de conceber o ensino brasileiro para todos, pode levar à frustração e, mais do que isso, à ineficácia, por falta de estruturas que assegurem o funcionamento do sistema como um todo.

No vasto território brasileiro, de dimensões continentais, como tem sido chamado por geógrafos eminentes, é necessário que sejam realistas os programas de ensino de massa, levando-se em conta, precisamente, as condições tão diversas - de escolas, de recursos financeiros e de recursos humanos em geral, e não apenas de professores - para que a programação não seja feita fora e

acima da nossa realidade geográfica e social. É uma questão preliminar de bom senso, que se coloca, a fim de que sejam efetivamente programadas tarefas realistas e não apenas teoricamente desejáveis, em um sistema de ensino ideal.

A modernização das tecnologias de ensino vem produzindo uma reação em cada cadeia, ainda pouco significativa, na mentalidade de educadores e professores que passaram a entender o processo do ensino apenas como resultado de tecnologias avançadas, em detrimento dos métodos tradicionais e convencionais do ensino.

Será, por certo, uma reação em cadeia, alimentada por propagandas comerciais, que procuram vender tanto as ideias como os seus produtos, levando a clientela potencial dos seus consumidores a uma deformação profissional, de excessiva valorização dos meios e dos instrumentos da comunicação, mais do que do conteúdo e dos objetivos do próprio ensino.

Essa deformação profissional, alimentada por propagandas comerciais das mais variadas, em forma e em orientação (atingindo os próprios professores de Didática ou de Metodologias), vem a se traduzir, na prática, por um certo desprezo aos recursos didáticos convencionais.

O sentido da nossa crítica ao exagero com que alguns professores e comunicadores se apegam ~~demasiadamente~~ a tecnologias avançadas de comunicação social não é de uma posição contrária aos métodos modernos de comunicação. Não é uma crítica derivada de conservadorismo didático. Tem o sentido de uma posição de bom senso: nem exclusivismos de tecnologias avançadas, nem apego incoerente a modelos passadistas, que não têm quase significação no mundo de hoje.

A educação, como fato social, tem de ser permeável à mudança que se opera no seio da sociedade, e não pode fechar-se sobre si mesma, em uma posição defensiva insustentável, que não resistiria aos primeiros choques com a mentalidade do nosso tempo e com os instrumentos de sua transformação sócio-cultural.

A educação, como valor, por outro lado, precisa ser preservada em um sistema que possa colocar a educação a serviço da humanidade e não como um fim em si mesma, por mais alto seja esse valor que a educação possui e representa, no conjunto das conquistas do espírito humano.

Dai o alcance de uma crítica a esse superficialismo em que educadores e comunicadores se colocam não percebendo, ou não procurando perceber o alcance teórico e prático de suas próprias posições e afirmativas.

Relembro, aqui, palavras de bom senso do Professor George Gerbner (da Escola de Comunicação de Annenberg, da Universidade de Pensilvânia) quando afirma que "a chave da importância histórica da comunicação de massa não reside no conceito usual de "massas". Houve "massas" (grandes grupos de pessoas) alcançadas por outras formas de comunicação pública muito antes do advento da moderna comunicação de "massas". (1)

(1) In "Teoria da Comunicação Humana, coletânea organizada por Frank E. X. Dance, Cultrix, S. Paulo, 1973, pg. 73.

O pensamento desse ilustre professor vem harmonizar-se com a posição conciliadora e de bom senso, acima apresentada, que nem rejeita "a priori" as tecnologias avançadas de ensino, nem as considera como instrumentos exclusivos, a serem empregados no processo de comunicação de mensagens ao grande público.

Diante dessas considerações preliminares, cabe-nos analisar o tema que nos foi proposto para este V Seminário Brasileiro de Teleducação, apesar de reduzido tempo que nos foi dado para estudar assunto, tão relevante para o futuro de uma educação, no caso, a educação brasileira.

A fim de disciplinar o assunto que vai ser apresentado e discutido, julgamos oportuno dividir o tema, como se segue.

I- Necessidades de uma Política Educacional que defina prioridades - quanto ao uso de modernas tecnologias de ensino.

Numa previsão a longo prazo, para a instauração de uma política educacional em país que se inicia na difícil arte e ciência do planejamento, é patente que, antes de se fazerem cálculos e previsões, haja um mínimo de informações ou de dados concretos referentes à realidade que se vai submeter a planejamento.

A existência de dados manuseáveis e confiáveis pode facilitar o trabalho dos técnicos encarregados de trabalhar com esses dados, porquanto são essas informações reais, em termos quantitativos e qualitativos, que vão fornecer aos intérpretes do Planejamento Educacional as pistas válidas para a elaboração dos seus planos e modelos.

Assim, em se tratando de uma previsão e, mais do que isso, de um planejamento a longo prazo, por etapas definidas, inclusive em suas implicações de ordem sócio-cultural, parece que é indispensável recorrer aos dados concretos sobre tecnologias de ensino e seus recursos reais, disponíveis para uso imediato, a fim de que se possa traçar um modelo compatível com as necessidades reais do mercado de trabalho.

Daí a necessidade de definir prioridades, no caso específico do uso potencial de recursos tecnológicos de comunicação social, a fim de que a clientela a ser atingida pelos programas de Rádio e TV, pelo menos, seja motivada a colaborar e possa efetivamente oferecer uma resposta aos estímulos que lhe forem proporcionados, como por exemplo, pelo ensino à distância, ora através da recepção organizada ou individual.

É necessário que os indivíduos estejam motivados, para que possam receber a mensagem que o Rádio e a TV, por exemplo, podem lhes oferecer em seus programas educativos, de tal modo que esses programas não causem o "fenômeno da saturação", indispondo os ouvintes ou telespectadores com o programa.

É verdade que a monotonia e a ineficácia didática e técnica de alguns ou de muitos programas de teleducação brasileira levam os ouvintes a uma preconcebida rejeição dos programas chamados educativos, porque eles não usam a linguagem do povo e nem refletem os seus problemas. Traduzem outras preocupações em linguagem mais elevada e mais artificial, que o povo mesmo não

usa e não aprecia, por ser muito diferente dos seus padrões usuais de comportamento e de compreensão dos problemas quotidianos da vida,

A televisão e o radio-educativo não raro se tornam inócuos, em razão da sua linguagem preciosista, diversa da linguagem e dos problemas quotidianos, o que, em certo sentido, é um modo de se desconhecer as experiências de vida do povo.

Isso talvez seja resultado de uma super-estrutura mental dos produtores e até executores dos programas educativos, que perderam (ou talvez não tenham chegado a ter) o sentido social e humano que os programas educativos de Radio e TV devem ter, para serem aceitos, entendidos e assimilados.

A televisão comercial, por não ter propósitos didáticos e eruditos, já criou e usa, sempre, como instrumentos de sua comunicação com o povo, uma linguagem mais acessível, apesar de oferecer a certas regiões do Brasil (como em áreas do Norte e do Nordeste) uma linguagem rebuscada, pelo uso de vocabulário urbano do sul e de termos típicos da gíria carioca, nem sempre entendidos pelo telespectador de cultura média baixa, que constitui um grande contingente da clientela potencial da TV brasileira. É um desafio que há de ser submetido à maleabilidade dos brasileiros produtores de programas da TV comercial, sem esquecer, é claro, os aspectos do mesmo problema na área estritamente educacional.

O refinamento didático de certos programas da TVE está encontrando, da parte da clientela culturalmente pobre dos programas de Supletivo ou do ex-Madureza, uma série de dificuldades de assimilação, por conta da falta de adaptação a uma linguagem coloquial.

Em matéria de psicolinguística, ~~acho que~~ está havendo um problema novo na área do ensino pelo Rádio e pela TV: é a necessidade da passagem da linguagem erudita do livro didático para a linguagem coloquial, porém didática, do Rádio e TV. É uma passagem e não um salto, e por estar se processando mais como salto do que como passagem, vem oferecendo dificuldades aos alunos e perplexidades aos produtores de aulas pelo Rádio e pela TV, porque não foram todos preparados, em tempo, para essa necessidade de adaptação do texto didático às condições especiais da clientela de alunos.

Este é, a meu ver, o grande impasse didático de uma série de programas de TVE, no campo do Supletivo, em que a clientela heterogênea em recursos culturais e em faixas etárias variadas, não assimila melhor as aulas, por dificuldade de acompanhar o estilo usado na produção dos mesmos programas.

De um modo geral, o que falha nesses programas é a linguagem não coloquial, que dificulta a compreensão por parte do telealuno e até do monitor, na maioria das vezes uma pessoa ocupada, que estuda ou trabalha o dia inteiro e, à noite, faz o duplo esforço de acompanhar o programa para tirar as suas próprias dificuldades e, além disso, esclarecer - não se sabe como, - as dúvidas dos próprios alunos.

É uma situação de ambivalência, porque o próprio monitor se vê e se sente como aluno, diante do mestre invisível no televisor, no vídeo, que, pelo menos, apresenta uma vantagem: não corrige, de imediato, o jovem monitor no seu momentâneo embaraço diante de uma aula mais difícil, ou diante de palavras desconhecidas. É verdade que os alunos curiosos podem, de repente, quebrar a tranquilidade do monitor, perguntando-lhe algo que ele não venha a responder, por falta de conhecimento.

São estes problemas de ordem psicológica e didática que devem estar presentes na preparação de textos para a produção das aulas de Rádio e sobretudo de TV, pois são problemas que, acumulados aos defeitos técnicos em aparelhos receptores de rádio e TV, falta de energia ou demora de providências administrativas para a carga de bateria, ou substituição do televisor, ou os comuns defeitos no som e na imagem, repetimos, são problemas que tem efeitos multiplicadores muito maiores do que os que ocorrem nos métodos comuns e tradicionais de ensino. Qualquer deficiência no funcionamento do sistema de Rádio ou TV afeta muito mais as pessoas envolvidas, do que a ocorrência de pequenos problemas em sala de aula. Até mesmo a falta de livro de texto em aulas convencionais repercute menos do que a falta de apostilas em cursos de Rádio e TV, em que a premência do horário é muito mais rígida e o seu não devido preenchimento com as atividades programadas afeta, de modo muito mais extenso, o rendimento dos alunos.

É de se concluir que, em um Planejamento Educacional, estes aspectos técnicos não sejam desprezíveis e devam ser abordados com segurança, para que a sua previsão seja realmente feita, em uma política de prioridades para as modernas tecnologias de ensino. Se essas vão ser usadas, que o sejam dentro dos padrões técnicos compatíveis com as necessidades da clientela, a fim de que não sejam adotados apenas pelo gosto de se inovar, sem saber se, efetivamente, o ensino é rentável, em termos de aprendizagem e atendimento adequado da sua clientela.

Até aqui estamos fazendo comentários de ordem psicopedagógica e didática, referentes às grandes linhas de uma Política Educacional, que seja capaz de definir prioridades, quanto ao uso de modernas tecnologias de ensino.

Nesses comentários, procuramos salientar, pelo menos, as seguintes classes de fatores a serem considerados em um escalonamento de prioridades:

- 1) fatores de diversidades culturais existentes na massa de uma clientela potencial de Teleducação, ora disseminada em regiões e localidades de difícil acesso, ora concentrada em aglomerados urbanos (sobretudo do leste e do sul do país), em que os efeitos da urbanização e da industrialização se fazem sentir no comportamento social e nos padrões sócio-culturais dos alunos;
- 2) fatores de diversidades geo-econômicas e geo-culturais refletindo-se nos padrões de vida (sobretudo nas áreas de profissionalização e de aprendizagem) dos Telealunos;

3) fatores de diversidades de recursos físicos de instalações de escolas e de telescolas; de recursos financeiros alocados principalmente para as redes estaduais municipais e particulares de ensino; de recursos humanos na área educacional.

Devemos salientar que os fatores referentes aos recursos humanos e financeiros, precisam ser especialmente considerados em um Planejamento Educacional a longo prazo, para atender às necessidades brasileiras em matéria não só de ensino, mas de educação e de cultura.

Esses aspectos de recursos humanos e financeiros devem ser tratados por especialistas no assunto, não cabendo a sua abordagem nos estreitos limites deste nosso trabalho.

É bastante verificar como a UNESCO, a ONU, a U.I.T. e I.I.P.E. e outras organizações internacionais de pesquisa e de ensino tem se ocupado, principalmente, nos últimos vinte anos, do problema da comunicação (máxime da comunicação espacial) no mundo de hoje, investindo somas de vulto no aperfeiçoamento técnico das comunicações (como é o caso da NASA), bem como na análise sociológica das conseqüências da comunicação sobre o desenvolvimento dos países e dos povos.

Aqui, a propósito, lembramos que a Conferência Geral da UNESCO, já em 1964, em sua 30a sessão, procurou "definir os princípios e as linhas mestras de um programa a longo prazo, destinado ao uso das telecomunicações espaciais no livre curso das informações, na disseminação rápida da educação e no maior intercâmbio cultural" (1)

Prosseguindo em nossa linha de reflexão, quanto ao tema que nos foi proposto, cabe-nos, analisar agora, de modo especial:

II - Meios de Comunicação Social como instrumentos de educação, no Brasil

Fartindo do fato de que, no mundo atual, os veículos de comunicação de massa estão operando sensíveis modificações no comportamento humano, concluímos como é decisiva a função social do Rádio e da Televisão, no desenvolvimento da educação e da cultura do nosso tempo, bem como no intercâmbio internacional entre os países de quaisquer continentes.

Daí a necessidade de engajar os educadores e, por extensão, os alunos, nessa nova força de trabalho da Teleducação, para a melhoria e expansão do ensino, acelerando o processo social da escolarização em massa.

(1) Comunicação na era espacial - UNESCO/Fundação Getúlio Vargas, F.G.V.
Rio de Janeiro, 1969. pg. 322.

A escolarização em massa conta, nos dias atuais, não só com os recursos do ensino sistemático nas escolas, mas com os recursos do ensino ocasional, assistemático, constituindo grande soma de experiências da aprendizagem quotidiana, assimilada dos programas do rádio, da TV, do cinema, da propaganda comercial e de outras tantas formas sociais de comunicação.

Assim, em locais distantes, onde não há escolas suficientes, nem pessoal docente devidamente preparado, chega o som. E com ele chegam as aulas do MOBREAL, do MINERVA ou de outros programas de ensino à distancia, despertando as comunidades rurais para a alfabetização e para os cursos supletivos.

O rádio de pilha é, hoje, em locais de difícil acesso de estradas, como na extensa área geográfica da Amazônia, um elo de comunicação com o resto do Brasil, captando a mensagem educativa que os programas difundem, cada dia, e amenizando, por isso, o isolamento cultural das populações rurais, separadas por milhares de quilômetros dos maiores centros culturais do país.

É um fato sociológico que precisa ser analisado, em suas consequências no comportamento psicossocial dessas populações, hoje mais permeáveis à mudança.

Não nos cabe, nos limites deste trabalho, analisar programas de Teleeducação, nas suas deficiências e nos seus acertos.

Todavia, parece-nos de necessidade, para testar a validade dos sistemas de Teleeducação em funcionamento no Brasil, realizar uma grande pesquisa, a nível nacional, que represente uma avaliação criteriosa dos recursos humanos e financeiros destinados à Teleeducação, procurando apurar-se o rendimento e a validade das experiências já executadas.

Entre os elementos a avaliar, em programas de Teleeducação, estão sem dúvida: a) a qualidade dos programas destinados a determinados tipos de público; b) as deficiências metodológicas que não permitem um rendimento pedagógico maior, por falta de adequação dos métodos usados aos objetivos propostos; c) o conteúdo satisfatório (ou não) das aulas ministradas, em razão de desacertos entre a produção didática e a produção técnica.

A partir dessas considerações, já podemos compreender a necessidade de engajar professores, dos vários níveis do ensino, na programação de Teleeducação, para que, no campo da sua especialidade, possam oferecer contribuições e sugestões válidas, a fim de que os produtores de programas harmonizem o "Script" com as exigências do conteúdo das disciplinas.

É uma necessidade que não pode ser menosprezada, em um contexto amplo da Teleeducação, em vista da repercussão que os programas de inferior qualidade exercem, na sua clientela, inferiorizando os padrões de aprendizagem dos alunos.

Além do mais, é preciso verificar se os pesados investimentos em sistemas de TVE estão sendo rentáveis, em qualidade de ensino e em quantidade de alunos, sobretudo em um país, como o nosso, com diferenças tão marcantes de ritmo de desenvolvimento nas suas várias regiões.

Eis porque em matéria de recursos e investimentos em Teleeducação é preciso, no Brasil, criar condições de sua execução, segundo modelos economi-

camente adequados para o nosso padrão de vida. Sem soluções importadas, que nos causem mais prejuízos do que proveito e desenvolvimento.

É um desafio patriótico, que apela para a criatividade tão brasileira de soluções brasileiras para os nossos problemas.

Assim, sem menosprezar as tecnologias avançadas - e delas fazendo uso com sobriedade e realismo - nós educadores, que lidamos no dia - a - dia das nossas escolas, precisamos não inferiorizar outros meios de comunicação social, colocados ao serviço da educação brasileira.

Todos os conhecem, mas é oportuno citá-los, para que sejam valorizados.

São os alto-falantes do interior, colocados em feiras, em praças, em igrejas, em clubes, onde há afluência de pessoas interessadas em ouvir alguma mensagem; os folhetos populares, os impressos de propaganda comercial, que podem servir de veículo de educação social, de higiene, de puericultura, de práticas agrícolas, aproveitando o próprio motivo de propaganda do produto anunciado; os discos, as fitas gravadas; os jornais, as revistas variadíssimas de assuntos; os livros não somente didáticos, mas de várias espécies, ao alcance do público em edições de bolso, ou populares; os cartazes e faixas de propaganda comercial, colocados em ruas, avenidas, estradas; os "slides", os diafilmes, as transparências, as fotografias, os filmes de cinema; as exposições permanentes ou itinerantes; a correspondência, sem esquecer o cada vez mais difundido ensino por correspondência, que, hoje, em países como a Inglaterra, a França e os Estados Unidos, somente para citar esses três, tem um papel preponderante na popularização do ensino e da cultura, enfim, tantos meios, que seria demasiado fatigante descrevê-los todos. Isso sem esquecer a rapidez das comunicações de hoje, pelo telégrafo, telex, telefone via satélite e por microondas, radiofoto, telefoto, enfim toda uma gama de possibilidades para que os grupos humanos efetivem a sua comunicação.

Para a montagem dessa estrutura tecnológica é preciso não esquecer as contribuições essenciais dos homens de ciência pura e de pesquisa, ao lado de recursos tais como as estradas e os transportes, a produção do papel, do petróleo, dos minérios, da energia, das matérias primas além da produção industrial propriamente dita, permitindo o uso maciço da tecnologia das comunicações, com o máximo de eficiência e precisão.

É todo um complexo de recursos humanos e tecnológicos que se impõe para a consecução dos objetivos práticos da utilização de recursos de comunicação social.

Alguém, aqui, já pensou como é fácil ligar o DDD, via Embratel, para uma cidade a 4.000 Km de distância? Mas quem conhece a Estação Terrestre de Itaboraá, no Estado do Rio, pode ter uma vaga noção do que seja aquele colosso tecnológico para que, ligando o Brasil em todas as direções e o mundo ao Brasil, possa nos dar uma rápida chamada DDD.

Daí já podemos inferir com que problemas graves se defrontam os países chamados subdesenvolvidos ou mesmo aqueles da fase do "take-off",

segundo a terminologia do economista Rostow, que não contam, em sua infraestrutura econômica, com recursos de porte que lhes assegurem o desenvolvimento dos meios de comunicação social, no mesmo ritmo de aceleração empregado pelos países desenvolvidos. Por isso, tornam-se mais marcantes as diferenças entre uns e outros países, devido, em parte, aos ritmos desiguais do desenvolvimento das comunicações.

E o problema do "atraso cultural", tantas vezes destacado pelos Relatórios da UNESCO, problema esse que se coloca "diante de uma perspectiva de correção por ação cibernética inevitável", como relata a Fundação Getúlio Vargas, em apresentação a um Relatório da UNESCO (1)

Em face dessas considerações, é necessário que cada teleducador, ou telealuno, tenha consciência da sua parcela de responsabilidade no desenvolvimento social do nosso país.

Responsabilidade essa que irá exigir o máximo do seu esforço e da sua competência, para ajudar o Brasil a crescer.

(1) Comunicação na Era Espacial, UNESCO/FGV - Rio de Janeiro, 1969, pg. VII.